



Legislativo em Pauta

INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA - 17ª LEGISLATURA - ANO 7 - Nº. 533
3ª FEIRA – 21/03/2017

Confira os destaques da sessão ordinária desta terça-feira (21/03):

14h30 – O coordenador executivo do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de Londrina (Procon-Ld), Gustavo Corulli Richa, participa da sessão desta tarde, a convite do vereador Boca Aberta (PR), para esclarecer quais medidas vêm sendo tomadas e quais informações são repassadas aos usuários em relação ao cumprimento da lei nº 9.353/2004. Esta lei dispõe sobre a limitação da cobrança do tratamento, coleta e remoção de esgoto sanitário ao percentual máximo de 30% do valor da tarifa de água. O convite foi feito por meio do requerimento nº 48/2017

PRIMEIRA DISCUSSÃO DE PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

Proíbe vereadores licenciados de optarem por remuneração do mandato (PE 1/2017) - De autoria dos vereadores Roberto Fú (PDT), Professor Rony (PTB), João Martins (PSL), Wilson Bittencourt (PSB), Felipe Prochet (PSD), Estevão da Zona Sul (PTN), Amauri Cardoso (PSDB) e Filipe Barros (PRB), o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município propõe nova redação ao parágrafo 6º do seu artigo 23, estabelecendo que o vereador eleito que optar por ocupar outra função pública não terá a alternativa de receber a remuneração do mandato. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação acolheu parecer da assessoria jurídica, que alertou para a necessidade de simetria com a Constituição Federal e com a legislação estadual, e manifestou-se favoravelmente à tramitação da matéria, apresentando o substitutivo nº 1. O substitutivo altera o inciso V do artigo 23 da lei (e não mais seu parágrafo 6º), limitando a possibilidade de licença do vereador para ocupar cargo de secretário municipal ou equivalente em nível estadual ou federal, ou de chefe de missão diplomática temporária. Quorum: 13 votos favoráveis

PRIMEIRA DISCUSSÃO

Exige respeito aos direitos das famílias e à dignidade de crianças e adolescentes nos serviços públicos (PL 98/2016) - De autoria do vereador Junior Santos Rosa (PSD), o projeto trata do respeito dos serviços públicos às convicções das famílias de crianças, adolescentes e pessoas em condição especial de fragilidade psicológica no que se refere à educação moral e religiosa. De acordo com a matéria, órgãos ou servidores públicos municipais podem cooperar na formação moral de crianças e adolescentes desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou folder que pretendem apresentar ou ministrar em aula ou atividade. A proposta também prevê que a violação do conteúdo da lei implicará em multa de 15% do valor do contrato ou patrocínio e, no caso de servidor público municipal, em

multa de 5% do valor de sua remuneração à época em que a infração for cometida. O objetivo do projeto, de acordo com o autor, é cumprir o previsto na Constituição Federal e leis federais, como Código Civil, Código Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acolhendo parecer da assessoria jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu parecer prévio para manifestação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação (CMEL). A Secretaria avaliou que o projeto é redundante e, portanto desnecessário. Da mesma forma, o CMEL, além de considerá-lo redundante, concluiu que a proposta não apresenta ações práticas para a rede municipal de ensino nas suas ações pedagógicas, informando que a participação dos pais em decisões pedagógicas se faz pela efetiva participação no Conselho Escolar. A assessoria jurídica da Câmara apontou para a inconstitucionalidade e redundância da matéria, emitindo parecer contrário à tramitação. A Comissão de Justiça não acolheu o parecer e manifestou-se favoravelmente à tramitação, com voto em separado dos vereadores Amauri Cardoso (PSDB) e Gerson Araújo (PSDB). Da mesma forma, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente não acolheu o parecer técnico e votou favoravelmente ao projeto, com voto em separado do vereador Amauri Cardoso. Também a Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania manifestou-se favoravelmente à matéria. Quorum: 10 votos favoráveis.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Construção de unidades habitacionais (PI 48/2017) – O vereador Ailton Nantes (PP) solicita informações sobre a quantidade de moradias que são entregues por ano no município, qual o orçamento para novos investimentos e em que fase encontra-se o loteamento de Guaravera, entre outros dados.

Cálculo de valor de imóvel (PI 49/2017) – O vereador Vilson Bittencourt (PSB) solicita esclarecimentos sobre a definição do valor venal de imóvel localizado na rua Boulevard, no Portal Norte, na região Norte da cidade.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO para responder PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os Pedidos de Informação (PI) estão previstos no Regimento Interno e o prazo inicial para as respostas do Executivo à Câmara de Vereadores é fixado em 15 dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que devidamente justificado. Portanto, os vereadores e vereadora discutem na sessão desta tarde a solicitação do Executivo de prorrogação de prazo para resposta ao seguinte PI:

Restauração do “Monumento à Bíblia” (PI 27/2017) – O vereador Pastor Gerson Araújo (PSDB) solicita informações do Executivo sobre a responsabilidade de manutenção e recuperação do Monumento à Bíblia, construído em 1977 e projetado pelo arquiteto Panayotes Saridakis. De acordo com o vereador, o local onde está localizada a obra necessita de capina, roçagem e iluminação.

AGENDA

Sexta-feira, 24/3:

19 horas – Audiência Pública sobre “Analfabetismo em Londrina”, organizada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que deverá reunir os diferentes agentes públicos que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A audiência será realizada na sala das sessões do Legislativo, com transmissão *online* por meio do site www.cml.pr.gov.br.

Segunda-feira. 27/3:

19 horas – Audiência Pública sobre o projeto de lei nº 145/2013, que institui no calendário de comemorações oficiais do município o Dia do Nascituro. A organização é das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania. A audiência será realizada na sala das sessões do Legislativo, com transmissão *online* por meio do site www.cml.pr.gov.br.

FALE COM OS VEREADORES

Ailton Nantes (PP)	3374-1380	ailtonnantes@cml.pr.gov.br
Mauro Cardoso (PSDB)	3374-1378	mauricardoso@cml.pr.gov.br
Boca Aberta (PR)	3374-1385	bocaaberta@cml.pr.gov.br
Daniele Ziober (PPS)	3374-1372	danieleziober@cml.pr.gov.br
Eduardo Tominaga (DEM)	3374-1381	eduardotominaga@cml.pr.gov.br
Estevão da Zona Sul (PTN)	3374-1371	estevaodazonasul@cml.pr.gov.br
Felipe Prochet (PSD)	3374-1384	felipeprochet@cml.pr.gov.br
Filipe Barros (PRB)	3374-1374	filipebarros@cml.pr.gov.br
Guilherme Belinati (PP)	3374-1390	guilhermabelinati@cml.pr.gov.br
Jairo Tamura (PR)	3374-1370	jairotamura@cml.pr.gov.br
Jamil Janene (PP)	3374-1375	jamiljanene@cml.pr.gov.br
João Martins (PSL)	3374-1373	joaomartins@cml.pr.gov.br
Junior Santos Rosa	3374-1383	juniorsantosrosa@cml.pr.gov.br
Mario Takahashi (PV)	3374-1234	mariotakahashi@cml.pr.gov.br
Pastor Gerson Araújo (PSDB)	3374-1388	pastorgersonaraujo@cml.pr.gov.br
Péricles Deliberador (PSC)	3374-1389	periclesdeliberador@cml.pr.gov.br
Professor Rony (PTB)	3374-1382	professorrony@cml.pr.gov.br
Roberto Fú (PDT)	3374-1376	robertofu@cml.pr.gov.br
Vilson Bittencourt (PSD)	3374-1379	vilsonbittencourt@cml.pr.gov.br

EXPEDIENTE

O Informativo **LEGISLATIVO EM PAUTA** é uma publicação eletrônica da CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

MESA EXECUTIVA 2017/2018

Mario Takahashi (presidente); **Ailton Nantes** (vice-presidente), **Filipe Barros** (1º secretário); **Eduardo Tominaga** (2º secretário) e **João Martins** (3º secretário)

Coordenação e edição Ana Paula Rodrigues Pinto MTB 2277 PR **Redação** Silvana Leão MTB 2502 PR **Fotografia** Devanir Parra MTB 2155 PR **Fones** (43) 3374-1326 e 3374-1327